

# Oposição contesta cálculos e faz mobilização

A oposição contesta as informações do secretário da Fazenda. O aumento médio, segundo estudos e projeções realizadas pelo gabinete do deputado Rodrigo Rollemberg (PSB), deve ser de 21%, com os maiores índices incidindo sobre as propriedades dos Lagos Sul e Norte e do Plano Piloto. Moradores dos conjuntos 1 a 16 da QI 26 do Lago Sul, por exemplo, são os que mais vão gastar com o imposto se o projeto passar na Câmara -

36,28% sobre os valores atuais. "A conta, de novo, vai para a classe média", avalia Rollemberg.

Para ele, o aumento é inopportuno. "O GDF o justifica com a valorização venal dos imóveis nos últimos anos, mas desconsidera que o trabalhador paga o IPTU com o seu salário e não com o dinheiro da venda da propriedade", protesta Rollemberg. "Isto é um contrasenso pois, embora o imóvel possa ter valorizado, os salá-

rios não tiveram reajuste nos últimos cinco anos, apesar da inflação do período". A lei que institui o imposto estabelece, porém, que ele deve ser calculado sobre o valor venal.

O deputado está convocando prefeitos de quadra, sindicatos, associações de moradores e contribuintes de todo DF para comparecerem ao plenário da Câmara e pressionarem os deputados a votarem contra o aumento. "O projeto de lei será votado em dois turnos,

hoje mesmo, e o governo precisa de 13 votos para aprová-lo. Se passar, não tem volta", alertou. Pelas sondagens de Rollemberg, a oposição está unida contra o projeto e já garantiu pelo menos nove votos contrários - além do dele, também os dos deputados Renato Rainha (PL), Chico Floresta, Lúcia Carvalho, Maria José Maninha, Paulo Tadeu e Wasny de Roure, todos do PT, e mais Alírio Neto (PPS) e João de Deus (PDT). (M.Q.)